

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## Dimensões históricas do trabalho<sup>1</sup>

**Bruno Miranda Neves<sup>2</sup>**

**Marcela Cristina Moraes Reis<sup>3</sup>**

**Michelle Pinto Paranhos<sup>4</sup>**

**Simone Maria da Silva<sup>5</sup>**

### Resumo

O que buscamos neste artigo é resgatar os sentidos do trabalho em suas dimensões ontológica e alienada para investigar a crise da dos padrões produtivos vigentes até a década de 1970, e, a emergência de novas formas de organização do trabalho e acumulação de capitais que trarão novamente à tona a discussão sobre as formas pelas quais o trabalho está se desenvolvendo na contemporaneidade e as relações sociais estabelecidas entre a base científica e técnica de produção.

### Palavras-chaves

trabalho – ontologia – história

---

<sup>1</sup> Agradecemos aos professores Gaudêncio Frigotto e Silene Freire pelas críticas feitas a partir do rascunho deste trabalho, e, a Hécio pelas correções ortográfico-gramaticais.

<sup>2</sup> Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Uerj. Pesquisador Associado ao Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/ Uerj). Telefones: 8769-3290, 3159-6093 Correio eletrônico: [bmirandaneves@yahoo.com.br](mailto:bmirandaneves@yahoo.com.br) Rua Santo Hildemar, 74, ap. 102, Padre Miguel, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 21720-390

<sup>3</sup> Mestre em Política Social e Trabalho (Faculdade de Serviço Social da Uerj). Assistente Social da Prefeitura de Nova Iguaçu. Pesquisador Associado ao Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/ Uerj). Correio eletrônico: [cellareis@yahoo.com.br](mailto:cellareis@yahoo.com.br) Rua Santo Hildemar, 74, ap. 102, Padre Miguel, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 21720-390

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia na Faculdade de Educação da Uerj. Telefone: 3339-0037 Correio eletrônico: [michelle.paranhos@gmail.com](mailto:michelle.paranhos@gmail.com) Rua Antenor, 61, Ricardo de Albuquerque, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 21640-040

<sup>5</sup> Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação da Uerj. Telefones: 8795-4448, 2569-4448 Correio eletrônico: [simarsi35@hotmail.com](mailto:simarsi35@hotmail.com) Rua Haddock Lobo, 300, ap. 306/bloco 2, Tijuca, Rio de Janeiro – RJ. CEP 20260-142

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## Abstract

What is sought in this article redeem the senses of work in its dimensions ontological and sold to investigate the crisis in patterns of productive force until the 1970's, and the emergence of new forms of work organization and accumulation of capital which bring to light again the discussion about the ways in which the work is developing in contemporary and social relations established between the scientific and technical production.

## Keywords

work - ontology - history

O trabalho na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui sua especificidade (Karel Kosik).

A cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou (Frederich Jameson).

Neste artigo analisaremos como o ato de trabalhar foi subsumido pela sociedade produtora de mercadorias no século XX, ou seja, como foi possível voltar à produção coletiva para reprodução da vida em bases que valorizassem cada vez mais o capital. Deteremos nossa atenção ao uso das técnicas tayloristas e da organização fordista do e no processo de trabalho, que caracterizaram o modo de produção capitalista desde o início do século passado. Sendo este regime de produção responsável pela subsunção, de fato, do mundo trabalho a valorização do capital (BRIGHTON, 1991).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Abordaremos as mudanças da base tecno-operacional da indústria com as descobertas e invenções de novos materiais e seus impactos na configuração do mundo e do mercado de trabalho. Após as crises energética, de superprodução e superacumulação vivenciadas na década de 1970 e a conseqüente queda na taxa de lucros, notam-se outras transformações que tiveram como objetivo a radicalização das formas pelas quais é extraída a mais-valia da classe trabalhadora.

Veremos como a introdução de técnicas advindas do ohnismo/toyotismo como a utilização crescente de trabalho morto, o aumento do controle dos trabalhadores e da produção, a ampliação da captura da subjetividade do trabalhador e a tecnologização das ciências plasmam um regime de produção flexível.

## **1 – Trabalho: categoria ontocriativa**

Partimos do pressuposto de que o trabalho (atividade teórico-prática) foi responsável pela criação da realidade humana e que segue sendo o organizador da vida social, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, quanto do ponto de vista da forma histórica que adquire sob o capitalismo (trabalho abstrato) a fim de entender sua configuração.

O significado central da práxis e do trabalho na criação da realidade humana decorre do fato de que para o materialismo dialético o homem é o sujeito objetivo, que através dos materiais da natureza e do conhecimento de suas leis é capaz de criar uma nova realidade, a realidade social humana.

A essência humana só pode ser capturada ao compreendermos os modos pelos quais o homem produz socialmente sua existência, reconhecendo-se que “*a essência do homem é a unidade da objetividade e da subjetividade*” (KOSIK, 1976, p. 113). Sendo assim, concebemos a realidade como complexo constituído e formado pela estrutura econômica e

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e no relacionamento com os meios de produção.

Mas para viver é preciso antes de mais nada comer e beber, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto engendrar os meios para satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora tão-somente para manter os homens vivos (MARX & ENGELS, s/d, 194).

A estrutura econômica é um dos conceitos fundamentais do materialismo histórico, e parte do entendimento de que o complexo social é formado e constituído pela estrutura econômica, que forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social, e está indissolúvelmente associada a práxis: *“o sujeito concreto produz e reproduz a realidade social; e êle próprio, ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido”* (KOSIK, 1976, p.111).

Como persiste a necessidade de sobrevivência e como não se tem notícia de homens que possam prescindir do trabalho – mesmo que do trabalho alheio -. *“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”* (MARX, 1996, p. 161).

Para Engels, o trabalho *“É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”*, isto porque segundo a concepção materialista-histórica diante dos carecimentos enfrentados para manutenção da vida biológica o ato de trabalhar utilizando as mãos permitiu o aparecimento do gênero humano, segundo Lukács *“o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade”* (LUKÁCS, 1978, p.13).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Fomos criando a vida em sociedade, na qual através do e pelo trabalho

[teve] lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’. Por outro lado, os objeto e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha ‘utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-la atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade’ (LUKÁCS, apud, ANTUNES, 1999, p.123).

O trabalho humano difere da atividade realizada pelos bichos pelo fato de apenas em nossa espécie haver uma antecipação do trabalho a ser realizado, nossa capacidade teleológica, uma intencionalidade cujo concurso nos leva a adaptar a natureza as nossas carências, de modo diametralmente oposto ao dos bichos que têm de adaptar-se ao seu meio.

Se inicialmente os objetivos idealizados na mente humana para o trabalho restringem-se a responder efetivamente às carências naturais dos homens, a autonomia relativa que o trabalho tem em si – mediante a variabilidade e imprevisibilidade das decisões de cada indivíduo singular, construídas a partir de suas relações com os outros homens e com a natureza, criadas e recriadas dialeticamente – expande a atividade para além da criação dos meios de vida permitindo a criação do mundo da arte, da cultura e do conhecimento como resposta às múltiplas e históricas necessidades (PARANHOS, NEVES & SILVA, 2007).

É por esse motivo inclusive que somos o animal capaz de habitar diferentes zonas do planeta, de nos proteger das intempéries do tempo, de voar com a utilização de recursos externos ao nosso corpo, etc.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir os seus meios de vida, um passo condicionado pela organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma (MARX & ENGELS, s/d, 187).

Lukács assinala: *“Com justa razão pode se designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas”*

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

(LUKÁCS, 1978, p.5). Além de nos comunicarmos de modo oral e escrito (como requisito de transmissão social dos conhecimentos de uma geração a seguinte que, por sua vez, agrega novos conhecimentos). O homem cria sua existência dominando a natureza, isto é, trabalhando e relacionando-se com os produtos dessa dominação a fim de perpetuar-se enquanto um ser da natureza (KOSIK, 1976).

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1996, p. 297).

Para Engels, “*o trabalho começa com a elaboração de instrumentos*” capazes de nos garantir a caça, a pesca, a criação de animais, a fabricação de vestimentas e abrigos cuja qualidade e diversidade foram responsáveis pela nossa capacidade de habitar as mais díspares zonas do planeta – e até mesmo a viajarmos para além dele -, pelo fato de sermos os únicos animais capazes de conhecer as leis da natureza e de aplicá-las de maneira adequada para que o produto do trabalho satisfaça as necessidades de seu(s) produtor(es), ou seja, tenha valor de uso.

A necessidade de sobrevivência faz com que os homens aprendam a compartilhar o espaço, os conhecimentos e os meios indispensáveis a manutenção da vida. Para Marx e Engels “a primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento da satisfação já adquirido levam a novas necessidades” (MARX & ENGELS, s/d, p. 195). Estas novas necessidades por sua vez, tendem a requerer conhecimentos mais elaborados sobre o trabalho e seu produto, como ressalta Lukács “*O conhecimento em geral distingue bastante nitidamente entre o ser-em-si, objetivamente existente, dos objetos, por um lado, e, por*

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

*outro, o ser-para-nós, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo cognoscitivo” (1978, p. 7).*

O homem aprende, desse modo, a controlar não somente a natureza mas também a viver em sociedade: *“A partir dos materiais da natureza, o homem cria a si mesmo como ser humano, produz e reproduz a vida social” (PARANHOS, NEVES & SILVA, 2007).* Nas palavras de Lukács o *“essencial ao trabalho é que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam, devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente” (LUKÁCS, 1978, p. 7).* Esta capacidade de idealizar o resultado do trabalho conhecida como teleologia inexistente entre os bichos, visto que estes adaptam-se ao meio em que vivem ao passo que o animal transformado homem pelo trabalho desenvolveu a capacidade de adaptar o meio as suas limitações biológicas.

Com a diferenciação e complexificação do trabalho realizado pelos diversos membros da sociedade tem lugar a ocorrência do excedente de produção. De maneira sucinta o trabalho passa a ter duas manifestações: a primeira concreta, quando é realizado para criar bens com valor de uso; e a segunda abstrata, quando estes produtos passam a ser trocados por outros, tendo então um valor de troca, passando a serem tratados como mercadoria.

Segundo Bottomore (2001, p. 230):

Todas as sociedades capazes de desenvolvimento produzem um excedente, e, portanto, nelas se depende de trabalho excedente; em todas as sociedades de classes o trabalho excedente é apropriado por uma classe social por meio de certos mecanismos de exploração.

Com o advento do excedente de produção a vida se torna mais complexa, dividi-se o trabalho, dá-se novo impulso a história da humanidade. Aparece o direito, a política, a religião, ocorrem novos inventos em prazos mais curtos de tempo, etc. Deste longo processo de desenvolvimento econômico, Lukács (1978) identifica três tendências constantes da economia: a diminuição do “tempo de trabalho socialmente necessário a

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

reprodução” (op.cit., p. 12); aumento do controle da natureza, fazendo do processo de reprodução algo cada vez mais social e; integração social em escala planetária pela atividade econômica.

## 2 – O trabalho sob o modo de produção capitalista

Presos as representações capitalistas (os economistas burgueses) vêem sem dúvida como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz essa própria relação.  
Karl Marx

Com o surgimento das sociedades de classes “*os indivíduos foram sendo cada vez mais subjugados a um poder que lhes era alheio [...], um poder que se tornou cada vez mais massivo e que em última instância se evidencia no mercado mundial*” (MARX & ENGELS, s/d, p. 203).

No modo de produção capitalista o trabalho “*de atividade produtora imediata de valores de uso para os trabalhadores, se reduz à mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego*” (FRIGOTTO, 2005, p. 63). Como ressalta Bottomore no capitalismo “*a forma específica de exploração é a apropriação da mais-valia por meio da exploração do trabalho assalariado*” (BOTTOMORE, 2001, p. 230). A humanidade é forçada a passar do trabalho concreto (para produção de bens com valor de uso; criativo) ao trabalho abstrato (produção de mercadorias para valorização do capital, através da troca destas por dinheiro, ou seja, de sua transformação em mercadoria).

Porém, mesmo neste modo de produção, em que a atividade teórico-prática apresenta-se como uma mercadoria especial produtora de valores de troca, se tivermos em mente, tal qual Marx que o “concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, perceberemos que o trabalho em sua função

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

produtora de valores de uso não desaparece, segue sendo a atividade que nos garante tanto as condições objetivas de vida quanto as representações simbólicas de nossa existência.

## 2.1 – Acumulação primitiva e subsunção formal

Com a transformação das relações de produção feudais, em que os trabalhadores deixam de ser propriedade de senhores e passam a ser donos de sua força de trabalho, podendo vendê-la “livremente” no mercado, os camponeses passam a buscar ocupação assalariada nas cidades: “*A separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria*” (BOTTOMORE, 2001, p. 2).

Ao lado disso, no processo conhecido como acumulação primitiva, os artesãos individuais donos de oficinas e de instrumentos de trabalhos próprios são levados pela concorrência com burgueses – que já concentravam capitais, terras, instrumentos, etc. – à ruína, passando também a ofertarem seus “serviços” em troca de salários. Neste período, os “*trabalhadores artesanais independentes são reunidos numa mesma oficina, sob o controle de um capitalista*” para realizarem o trabalho pela cooperação simples (BOTTOMORE, 2001, p. 231)<sup>6</sup>. Após isto, inicia-se a transformação do trabalhador autônomo em trabalhador coletivo, que é levado ao extremo no período manufatureiro.

Uma vez consumada a *separação* entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, esse estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova (MARX, 1996, p. 99).

Na subsunção formal do trabalhador ao capital temos o assalariamento (venda da força de trabalho ao capitalista), causado pela apropriação por parte da burguesia dos meios de produção, circulação e das próprias mercadorias. Para Cardoso (2006, p. 45), a subsunção formal corresponde ao “*processo de exploração do trabalho alheio*”, processo

---

<sup>6</sup> O capitalista poderia ainda apropriar-se de uma mercadoria produzida por um artesão individual.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

este que depende “*de que o produtor direto tenha sido expropriado dos meios de produção*” (Ibid, idem).

Por esses motivos, os trabalhadores são organizados e controlados por seus empregadores que fazem com que se trabalhe mais e de maneira mais eficaz para valorizar o produto: “*A porosidade da jornada de trabalho era diminuída/ o tempo de trabalho para a produção de uma mercadoria decrescia na proporção da jornada de trabalho; o tempo de trabalho necessário decrescia; e a mais-valia absoluta aumentava*” (BRIGHTON, 1991, p.21).

Na manufatura vemos a decomposição da produção em etapas simples e a especialização do trabalhador numa etapa da produção de mercadorias, que resulta na hierarquia entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, implicando diretamente no nível de salários.

Nesse contexto, são criadas as “*condições historicamente novas para dominação do capital sobre o trabalho*” (BOTTOMORE, 2001, p. 231), como registra Cardoso (op.cit., p. 46): “*Há uma mudança na forma da relação de dominação e subordinação. Essa relação se torna mais livre. Como o trabalhador é formalmente livre, sua subordinação ao capital é formalmente voluntária. Nesse sentido, é ‘puramente econômica’*”.

Portanto, o processo histórico de subsunção formal do trabalho ao capital não é estabelecido unicamente pela propriedade privada dos meios de produção. O processo de trabalho personifica os objetivos de valorização do capital e a transformação das formas de trabalho útil, concreto, em trabalho abstrato, em dispêndio de força de trabalho, ocultam as relações subjetivas que assumem a aparência de uma relação entre coisas (PARANHOS, NEVES & SILVA, 2007a).

## 2.2 – Subsunção real e taylorismo-fordismo

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Com a maquinofatura os capitalistas passaram a projetar, operar e controlar a organização social da produção dentro da própria empresa através das gerências que coordenam as transformações materiais, a disciplina e a informação necessária para a mesma. Com a indústria, estão cindidos o capital constante (trabalho morto, bens de capital) e capital variável (força de trabalho), recolocando a contradição entre capital e trabalho

Uma vez que a produção é agora coletiva, em grande escala e baseada na maquinaria, o capital pode apropriar para si próprio todas as funções de especificação, organização e controle, e executá-las independentemente do trabalhador. Pode assim impor seus objetivos sobre o processo de trabalho de uma forma tal que o trabalhador, mesmo quando colocado novamente em associação com as condições de trabalho, o faz em uma relação antagônica [...] **Com a maquinofatura, o capital tem agora poder sobre o capital constante, ele pode agora ser planejado e organizado sem referência as habilidades e aos ofícios tradicionais** (BRIGHTON, 1991, p. 25, grifos nossos).

A compulsividade da produção em larga escala faz com que o trabalhador passe a ser regulado pela máquina e a fazer apenas uma das partes do produto – diferentemente do que ocorria na produção manufatureira -, sendo disciplinado pela maquinaria com ajuda de outros trabalhadores que o supervisionam para garantir a velocidade e à qualidade exigidas por seus patrões. Agregue-se a estes elementos a “mobilidade e a possibilidade de substituição do trabalhador (a formação do exército de reserva industrial)” (BRIGHTON, 1991, p. 23).

Gramsci nos disse que “[Nos EUA] a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção” (s/d, p.382). A formação deste novo homem deu-se mediante a adaptação psicofísica ao trabalho urbano-industrial. Sendo a força de trabalho atraída principalmente pelos altos salários, uma vez que,

... a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é inato, “natural”, mas requer uma assimilação, enquanto os caracteres

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

urbanos adquiridos se transferem por herança ou são absorvidos no decorrer da infância e da adolescência (op.cit., p. 391).

O pensador italiano ressaltou também o fato de a americanização exigir “um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado” (ibid, idem, p. 388).

Com o advento da racionalização da divisão entre execução e concepção, se buscava dar a alguns funcionários a prerrogativa de planejar e acompanhar a produção e a outros a tarefa de realizá-las diretamente transformando a matéria. Acentuou-se a hierarquia do trabalho colocando os trabalhadores “intelectuais” em posição superior aos manuais<sup>7</sup>, a fim de que os gerentes e supervisores controlassem e padronizassem os operários para assegurar a sua produtividade, a velocidade e a funcionalidade pela disciplina.

A atomização da vida material e espiritual priva a percepção humana da totalidade concreta da vida social, a simplificação das tarefas levadas ao extremo no trabalho industrial, separa os elementos manuais e intelectuais e, conseqüentemente, os trabalhadores dos pensadores, materializando-se no processo de alienação do trabalhador em relação não somente aos produtos da atividade, mas também em relação ao processo de trabalho, previamente determinado e controlado pelo capital, e a si mesmo e aos outros homens (PARANHOS, NEVES & SILVA, 2007).

Através do disciplinamento do processo de trabalho, a gerência organiza o conjunto dos trabalhadores com a diferenciação interna destes a fim de garantir o melhor resultado no menor prazo de tempo. Havendo a valorização do comando do processo produtivo para que com a divisão do trabalho coletivo os operários se adaptem às máquinas. O desenvolvimento está agora ainda mais correlacionado ao incremento técnico-científico, no

---

<sup>7</sup> Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais [...] Não existe atividade humana da qual se possa separar o *homo faber* do *homo sapiens* (GRAMSCI, 1989, p.7).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

qual tanto as máquinas quanto os conhecimentos para produzi-las e operá-las são propriedades dos capitalistas.

Fragmentar e desqualificar o trabalho foram outros expedientes utilizados no período que compreende o taylorismo-fordismo, deu-se aos trabalhadores tarefas parciais que não lhes permitiam ter noção da complexidade da produção e de seu resultado, aumentava-se a extensão do trabalho simples pela relação trabalhador-máquina. O incremento da maquinofatura distanciava ainda mais do conhecimento da totalidade do processo produtivo, assim sendo, *“a atitude prática real do trabalhador na produção e face ao produto (como estado de espírito) afigura-se ao não-trabalhador, que com ele se defronta, como atitude teórica”* (MARX, 2006, p. 122).

Mesmo que o modo de produção faculte apenas os conhecimentos e informações necessárias para execução de uma tarefa específica – a que deverá realizar – diferentemente da produção integral como realizada anteriormente e *“por mais que esta [a burguesia] queira expropriar o saber do trabalhador, por ser algo intrínseco a ele mesmo e à sua classe, jamais conseguirá”* fazê-lo integralmente (SILVA & NEVES, 2007).

O processo de trabalho taylorista-fordista possibilitou a organização da força de trabalho dentro dos marcos do regime keynesiano. Então a divisão “científica” do trabalho formou gerações de trabalhadores aptos a produzir e, em certa medida, a consumir uma grande quantidade de mercadorias.

No processo de trabalho, a aplicação do modelo taylorista com a separação entre concepção, gerência, controle e execução de tarefas conjugado as inovações propostas por Henry Ford desconcentração do trabalhador e da indústria, produção em massa, jornada de trabalho de 8 horas diárias e regulação salarial para estimular o consumo também em massa, ajudaram na tarefa de subsumir o mundo trabalho. Para Antunes o fordismo deve ser entendido:

*fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [XX], cujos elementos constitutivos básicos

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões ... **compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século [XX]** (ANTUNES, 1999, p.17, grifos nossos).

É preciso ressaltar o fato de que esta forma de organização do trabalho dependeu de um elevado grau de consentimento da classe trabalhadora organizada e da ação racionalizadora do aparelho estatal para gerar o “pleno” emprego, a demanda efetiva e a elevação dos padrões de vida e de consumo da população. O modernismo e sua estética apoiada na funcionalidade e na eficiência, foi outro ponto de apoio para a aceleração da produtividade e o controle do mundo do trabalho numa aparente democracia econômica de massa (HARVEY, 2001).

A desvalorização através de violentas oscilações no ciclo econômico foi submetida ao controle e reduzida ao tipo de desvalorização equilibrada através da obsolescência planejada, que causava problemas relativamente pequenos. Por outro lado, foi instituído um forte sistema de controle macroeconômico que dosava o ritmo de mudança tecnológica e organizacional (em particular por meio do poder do monopólio corporativo), restringia a luta de classes (por intermédio da negociação coletiva e da intervenção do Estado) e equilibrava mais ou menos a produção e o consumo de massa através do gerenciamento estatal (HARVEY, 2001, p. 173).

A expansão do assalariamento<sup>8</sup> e a existência de políticas sociais que liberavam o salário para a ativação da demanda garantiam retorno aos investimentos privados, ou seja, o fundo público assegurava as condições para consumo de massa do que era produzido em grande escala, mais precisamente: assegurava o lucro dos novos investimentos capitalistas. Com a incorporação de operários fabris (principalmente homens brancos) aos benefícios da

---

<sup>8</sup> “... a sociedade salarial, como a compreende Robert Castel, é aquela em que a maioria, mediante seu emprego, tem sua inserção social relacionada ao local que ocupa na escala salarial. O trabalhador certamente não se torna um proprietário com patrimônio, um capitalista, mas tem garantias de poder prever seu futuro e assegurá-lo dentro de padrões minimamente aceitáveis humanamente. O trabalho não vai se ligar apenas à remuneração de uma tarefa, mas emerge como direito” (FRIGOTTO, 1999).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

produção e a cooptação político-ideológica<sup>9</sup> de seus representantes (tanto no movimento sindical quanto nos partidos social-democratas)<sup>10</sup> à lógica sistêmica houve crescimento da produção, do consumo e do lucro que alimentavam os investimentos na produção e em pesquisas geradoras de novas tecnologias.

Os países centrais do capitalismo comprometiam-se com o desenvolvimento de pesquisas em ciência e tecnologia e operavam a partir da criação de empresas estatais nas áreas de transportes, infra-estrutura (e outras obras dispendiosas), estímulo à produção e às exportações.

A grande faceta desse período: a aliança “*entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta*” (HARVEY, 2001, p.125) e da capacidade estatal para gestar crises relacionando o poder político, o capital e garantindo consentimento das classes subalternas (BORON, 2004; HOBBSAWN, 1995).

A circulação incessante de mercadorias foi fruto da larga utilização de máquinas baseadas na eletromecânica, que embora calcadas na rigidez e na produção em série e fragmentada, auxiliaram as empresas no controle da força de trabalho. A implementação desse modo de regulação social possibilitou: a reconstrução da Europa e da Ásia, a industrialização da América Latina, rápido crescimento econômico, a baixa inflação e o controle do desemprego estrutural. Notemos que o crescimento médio do PIB nos países da OCDE foi de 4,6% de 1960 a 1975, sustentando uma taxa média de crescimento do gasto social deflacionado de 8,4% (OCDE, 1985, p. 28 *apud* BORON, 2004, p. 190).

A eminência de um quadro caótico de superacumulação foi afastada pela adoção de um conjunto de medidas, dentre as quais destacamos: 1) A desvalorização - como tentativa

---

<sup>9</sup> Quando não a derrota direta dos movimentos de trabalhadores.

<sup>10</sup> No capítulo 9 de “Era dos extremos” o historiador Eric Hobsbawn tratará entre outras questões da cooptação ideológica dos movimentos trabalhistas e social-democratas no período em tela (HOBBSAWN, 1995).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

de “baixa” e “cancelamento” do valor de bens de capital, a liquidação de estoques excedentes, a desvalorização do dinheiro e da força de trabalho; 2) O controle macroeconômico – em que a intervenção estatal tenta equilibrar “o ritmo da mudança tecnológica e organizacional”; e 3) A absorção da superacumulação por intermédio dos deslocamentos: a) temporal do capital produtivo, b) espacial das plantas produtivas para outros países e regiões, e c) tempo-espaciais, casos em que há empréstimo de dinheiro para obtenção de bens de capital por países dependentes (HARVEY, 2001, *passim*).

A partir das combinações das medidas expostas verificou-se durante os anos de ouro um aumento sustentado da produtividade, com diminuição das desigualdades de renda e a hipertrofia temporária do mercado financeiro. Para termos uma idéia, o crescimento industrial dos países da OCDE foi de no mínimo 3% chegando a 6% no período de 1961 a 1972 (CLINE, 1994 *apud* CHESNAIS, 1996, p.302). De outro lado, nos países de capitalismo avançado houve o acirramento da concorrência das relações capital trabalho e também entre o capital industrial e capital financeiro.

Com a expansão capitalista dos EUA para Europa ocidental e a Ásia sustentada por uma impressão de dólares com pouco lastro na economia real e a industrialização da América Latina, ficou evidente que as trocas comerciais e financeiras foram excludentes para o conjunto dos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996; OLIVEIRA, 2006). Inclusive por já se realizarem com forte presença de capital financeiro através do endividamento externo destas nações - diferentemente do que ocorreu com os países do sudeste asiático e de parte do Leste Europeu.

*“A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”* (MARX & ENGELS, ????, ???). A expansão ocorrida no

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pós-guerra conservou a dependência das ex-colônias e de nações pouco industrializadas<sup>11</sup>, uma vez que, deu-se sobre a transferência de tecnologias pelo endividamento externo, a aquisição de matérias-primas, a subjugação de empresas nacionais e estatais e pela busca por mão de obra mal remunerada.

No entanto, a instalação de novas fábricas e a produção desenfreada de mercadorias em outras partes do planeta acentuou a tendência à superprodução de mercadorias e à superacumulação de capitais que mesmo antes da impossibilidade de realizarem altos lucros já buscavam maiores rentabilidades nas bolsas de Londres e Nova Iorque (sem mecanismos estatais de controle efetivo)<sup>12</sup>.

Com as mudanças da base técnico-científica (de caráter digital, molecular e flexível que veremos no segundo capítulo) associaram-se perversamente aos deslocamentos do capital industrial (“produtivo”), gerando por um lado um aumento do desemprego tanto nos países centrais quanto nos de capitalismo dependente, através da realocação seletiva das plantas de produção e do enxugamento do quadro fixo de funcionários.

O fato é que as mudanças políticas, econômicas, sociais, organizacionais e tecnológicas fizeram retornar justamente aquilo que deveriam combater, ou seja, as crises de superacumulação e superprodução - inerentes ao capitalismo.

## 2.3 – O toyotismo e a produção flexível

Os modos alternativos de gestão da força de trabalho que se desenvolveram no período de crise visaram recompor a taxa média de lucros e desmontar a “sociedade salarial” forjada nos anos de ouro do capitalismo. Como lembra Mézáros (2005, p. 153) na *“realidade, só pode haver uma maneira de alargar as margens que se encolhem de*

---

<sup>11</sup> Para Chesnais (2001) “Os países ditos em desenvolvimento interessam aos grupos industriais de países avançados por três motivos”, quais sejam: apropriação de matérias-primas; em alguns casos pelos mercados internos e; pela chance de sobre-extração de mais-valia.

<sup>12</sup> “O mercado de euromoea líquida subiu de cerca de 14 bilhões de dólares em 1964 para aproximadamente 160 bilhões em 1973” (HOBSBAWN, 1995, p. 273)

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

*acumulação do capital: à custa do trabalho*". Por isto que a principal característica deste modelo de organização do trabalho são a diminuição do número de trabalhadores com estabilidade e a precarização flexível.

O toyotismo visa novas formas de controle e racionalização da força de trabalho, a partir do que a literatura chama de "reestruturação produtiva", processo em que as inovações tecnológicas colocadas a serviço do capital excluem um número cada vez maior de pessoas do mercado de trabalho formal e vão desenvolvendo a automação, a invenção de novos produtos, as dispersões e fusões de empresas e a aceleração do tempo de giro das mercadorias.

A internacionalização do toyotismo pautou-se pela "produção enxuta" - redução do quadro de funcionários fixos -, pela flexibilização dos direitos e pela subsunção formal-intelectual dos trabalhadores ao capital. Nesta conjuntura de desemprego e precarização do mundo trabalho ganhou força o sindicalismo corporativo, adaptado ao metabolismo do capital e de cariz propositivo; enquanto declinou a organização dos trabalhadores pautada na independência de classe e no confronto capital-trabalho (ALVES, 2000).

A expansão do toyotismo é contemporânea do incremento da mundialização financeira, sendo válido lembrar que: "*A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações*" (CHESNAIS, 1996, p. 309) e a indicação de que os investimentos tendem ao "*alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados*" (op.cit., p.40).

A combinação desse novo regime de produção com a financeirização econômica configuram a acumulação flexível que é

... marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [gerando] níveis relativamente altos de desemprego "estrutural" (em oposição ao "friccional"), rápida destruição e reconstrução de

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical (HARVEY, 2001, p. 140-141).

A acumulação flexível é possível apenas nos marcos de uma luta encarniçada contra as relações de trabalho vigentes sob o regime de produção fordista-keynesiano em que preconizavam-se a contratualidade social e o poder de barganha das entidades de trabalhadores a partir de parâmetros estabelecidos e assegurados pela sociedade política.

Nesse meio tempo, a selvageria real do sistema continua firme, não somente expulsando cada vez mais pessoas do processo de trabalho, mas, com uma contradição característica, também prolongando o tempo de trabalho, sempre que o capital consegue fazê-lo impunemente (MÉSZÁROS, 2007, p. 150).

Gerando, segundo Roberto Castel, a seguinte configuração do mercado de trabalho:

1) Núcleo estratégico: agregando uma pequena força de trabalho; 2) Semi-periferia: trabalhadores alvos de política de “empregabilidade”; 3) Periferia: trabalhadores alvo de políticas de assistência e; 4) informais sobrantes: aqueles que não têm condições de se tornar empregáveis (FRIGOTTO, 2005, p. 69 a 72).

A uma série de distinções entre organização do trabalho sob o taylorismo/fordismo e o toyotismo: é uma produção muito vinculada à demanda, com produção variada e bastante heterogênea; rompe com o caráter parcelar do trabalho típico do fordismo; tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada e há transferência da produção a “terceiros”; organiza Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava; etc (ANTUNES, 2001, p. 54-5).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O aumento do uso de trabalho morto (trabalho humano coisificado, transformado em máquinas)<sup>13</sup> não corresponde a uma liberação do homem para outras áreas de sua existência pois *“na sociedade capitalista a maquinaria é destinada simplesmente a aumentar a produtividade do trabalho e, portanto, constitui a força propulsora da produção da mais-valia relativa”* (BOTTOMORE, 2001, p. 233). Na prática, os trabalhadores têm que conviver cada vez mais com precárias condições de trabalho, com o achatamento salarial, com o subemprego e o desemprego.

A automação do processo produtivo e a exigência de novos conhecimentos também não redundam numa elevação geral dos níveis de qualificação e das habilidades cognitivas (pelo contrário, assistimos ao enorme crescimento do trabalho semiqualeficado de escritório e de outros empregos do setor de serviços). A idéia da maior autonomia dos trabalhadores cai por terra se considerarmos, por exemplo, o refinamento do controle sobre o trabalho pelas técnicas informacionais.

Segundo Castro (1994 apud FRIGOTTO, 2003, p.154):

Para enfrentar a “vulnerabilidade” tecnológica, o capital redescobriu a humanidade do trabalhador assalariado que foi ignorada pelo taylorismo. Forçado pela vulnerabilidade e complexidade de sua base tecno-organizacional o capital passou a se interessar pela apropriação de qualidades sócio-psicológicas do trabalhador coletivo através dos chamados sistemas sócio-técnicos de trabalho em equipes, dos círculos de qualidade etc. Trata-se de novas formas de gestão da força de trabalho que visam garantir a integração do trabalhador aos objetivos da empresa.

### 3 – Abordagens marxistas sobre a crise do trabalho

Mas a tragédia do capital é que ele não pode suprimir definitivamente o trabalho vivo.

Ricardo Antunes

---

<sup>13</sup> “Essa inversão da relação entre trabalho já objetificado nos meios de produção, ou trabalho morto, e força de trabalho em movimento, ou trabalho vivo, é característica do modo capitalista de produção e reflete-se na IDEOLOGIA burguesa como uma confusão entre o valor dos meios de produção, por um lado, e a propriedade que estes possuem de, como capital, se valorizarem, por outro lado. Os meios de produção são vistos, então, como produtivos, quando, na verdade, apenas trabalho é capaz de produzir coisas” (BOTTOMORE, 2001, p.300).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Harvey descreve o novo mercado de trabalho tendo no centro os trabalhadores estáveis, com contratos de trabalho, altos ganhos. Existindo também uma periferia, na qual num primeiro nível encontraríamos trabalhadores para tarefas de tempo integral em que existe farta mão de obra e alta rotatividade, num segundo nível, encontraríamos postos de trabalho com alta flexibilidade e rotatividade, empregados temporários e em tempo parcial, subcontratados e desempregados treinados pelo Estado (HARVEY, 2001, p. 143-144). O que faz crescer também o estímulo ao empreendedimentismo como valor fundante de “*um individualismo muito mais competitivo*”<sup>14</sup> (op.cit., p. 161). Para Harvey:

... a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia *absoluta*, apóia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital [...] Nos termos da segunda estratégia, denominada mais-valia *relativa*, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho (HARVEY, 2001, p. 174).

Uma questão de extrema relevância para o debate contemporâneo diz respeito ao uso interessado das ciências e os saltos tecnológicos alcançados pela centralização de capitais e de pesquisas nas mãos de conglomerados produtivos-financeiros. Este uso tecnológico das ciências tem alcançado avanços significativos permitindo utilização de outras fontes de energia, a flexibilidade de máquinas, a criação de materiais sintéticos a partir de um intenso processamento dos dados relativos tanto às pesquisas quanto aos processos diretamente produtivos.

---

<sup>14</sup> O cinema registra bem esta nova ética, basta vermos o filme “A procura da felicidade”, título em português de uma produção da Columbia Pictures, no qual Chris, protagonista da trama investe todas as suas economias na compra de máquinas para vender de “porta-em-porta”, o empreendimento falha, mas em compensação o “esforçado” vendedor, consegue um emprego no mercado de fundos de investimentos e mais tarde, torna-se proprietário de seu próprio *mutual funds*.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Nota-se também aumento no número de mulheres que participam do mercado de trabalho (embora sua inserção seja feita de forma a baratear a força de trabalho de ambos os sexos) e uma guinada espetacular do contingente de pessoas ocupadas na agricultura e na indústria rumo ao setor de serviços – segundo a Organização Internacional do Trabalho em 2006, pela primeira vez na história da humanidade houve mais pessoas ocupadas no terceiro setor econômico que na agricultura<sup>15</sup>.

Enquanto isso, as empresas deram um salto no processo de fusões e aquisições, plasmando uma concorrência com traços cada vez mais oligopólicos. Estas novas companhias, beneficiadas pelas tecnologias informacionais, conseguem espalhar plantas produtivas por todo o globo terrestre, sem perda de lucro e de produtividade, na prática, procuram os países que lhe oferecem melhores condições de “investimento”, isto é, menos proteção social e trabalhista.

A flexibilização dos processos produtivos, da força de trabalho e da tecnologia é seguida de perto pela desestruturação do mercado de trabalho. As tendências de redução do porte das empresas e redução do quadro fixo de empregados sem diminuir a produtividade resultam na diminuição de postos de trabalho. Independentemente do crescimento econômico, a natureza excludente do modo de produção capitalista em nome da lucratividade e competitividade reduz e precariza o trabalho, aumenta generalizadamente os processos de terceirização e da informalidade nos contratos de trabalho, gerando a destruição dos vínculos empregatícios, o que permite ao capital controlar ainda mais as relações sociais (NEVES, PARANHOS & SILVA, 2007a).

De acordo com Antunes (2000, p. 99), para entendermos a heterogeneidade da classe trabalhadora hoje, é necessário compreender “*este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos*

---

<sup>15</sup> Segundo Pochman (2001, p.32-33) em 1950 havia mundialmente 15,8% da mão de obra empregada no setor secundário, 21,7% no setor terciário e 62,5% no setor primário. Já em 1998 esses números se alteram respectivamente para 16%, 41% e 43%. Nos países capitalisticamente desenvolvidos esses números se modificam da seguinte forma: setor secundário – de 30,8% em 1950 para 23% em 1998; setor terciário de 36,4% para 72%, e; de 62,5% para 5% no setor primário. Enquanto nos países periféricos essas mudanças ocorreram respectivamente da seguinte maneira: de 9,4% para 15%, no setor secundário; 16,7% para 30% no setor terciário e de 73,9% para 55% no primário.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

*meios de produção [...] uma classe mais heterogênea, mais complexificada e mais fragmentada”.*

Para isto o autor define cinco tendências que nos ajudam nessa compreensão: 1ª) vem ocorrendo no mundo do trabalho hoje em escala mundial é uma redução do operariado manual, fabril, estável, típico da fase taylorista e fordista, ainda que de maneira diferenciada em função da inserção de cada país na divisão internacional do trabalho; 2ª) é aquela marcada pelo enorme aumento do assalariamento e do proletariado precarizado, já que paralelamente à redução dos empregos estáveis, aumentou em escala explosiva o número de trabalhadores em regime de tempo parcial, e em trabalhos assalariados temporários; 3ª) o aumento expressivo do trabalho feminino no mundo do trabalho, na indústria e, especialmente no setor de serviços e nas áreas de maior intensidade de trabalho nas quais é ainda maior a exploração do trabalho manual; 4ª) há uma enorme expansão dos assalariados médios, no setor bancário, turismo, supermercados, os chamados setores de serviço em geral, são os novos proletários, no sentido de presenciarem um assalariamento e uma degradação intensificada do trabalho; 5ª) há uma exclusão enorme dos jovens e dos velhos<sup>16</sup>, no sentido dado pelo capital destrutivo (Ibid, p. 100-101).

Há sem dúvida, uma crise do emprego, do trabalho abstrato, principalmente se considerarmos a queda dos níveis de emprego formal com todas as repercussões sobre os respectivos direitos trabalhistas e previdenciários, sem contudo, ameaçar a existência da forma abstrata do trabalho. Por isso concordamos com Antunes quando ele nos afirma que:

Então o que se vê não é o fim do trabalho, mas é a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação da jornada de trabalho. Vale lembrar que a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica. E é exatamente isso que vem ocorrendo em praticamente todas as partes: uma maior intensidade, uma maior exploração da força humana que trabalha (op.cit., p. 102).

---

<sup>16</sup> Os jovens são aqueles que terminam seus estudos, médios e superiores, e não têm espaço no mercado de trabalho e os trabalhadores de 40 anos ou mais, considerados “velhos” pelo capital, uma vez desempregado, não voltam mais para o mercado de trabalho, irão realizar trabalhos informais, trabalhos parciais, part time, etc.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O que podemos perceber é que não há uma crise do trabalho concreto “*Não podemos concordar, portanto, com a tese do fim do trabalho e muito menos com o fim da revolução do trabalho. A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução no trabalho, do trabalho e pelo trabalho*” (Ibid., Idem).

## 4 – Outras abordagens sobre a crise do trabalho

Para nós, as mudanças em curso no regime de produção radicalizaram as formas pelas quais o capital extrai o sobretrabalho<sup>17</sup> e criaram a falsa consciência de que chegamos à sociedade do conhecimento, na qual tiveram fim as classes sociais, deixando de ser o trabalho a prática social estruturante.

Neste tópico, trataremos das contribuições de autores que desenvolveram trabalhos com incidência na polêmica brasileira sobre a temática do trabalho e das diferentes dimensões de sua crise. Embora divirjamos dessas análises, entendemos como fundamentais sua exposição para que possamos debater com um pouco de profundidade o tema proposto.

A partir de uma abordagem empírica no continente europeu, Offe argumenta que o mercado de trabalho está se atrofiando e de outro que há uma imensa diferenciação entre os trabalhadores empregados, desempregados e também em relação as condições contratuais de emprego.

A crise do desemprego indicaria que “*o trabalho já não faz parte das preocupações vitais do trabalhador*” (FRIGOTTO, 2003, p. 198), esta análise reducionista sugeriria uma “*certa cultura do ‘não-trabalho’*”, uma crise do trabalho em si e o esboroamento da consciência de classe (Ibid., idem, p.99).

---

<sup>17</sup> Utilização crescente de trabalho morto; aumento do controle dos trabalhadores e da produção; e ampliação da captura da subjetividade do trabalhador.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Segundo ele, a organização “pós-industrial” do trabalho cria uma heterogeneidade que não mais permite o entendimento da vida humana desde uma apreensão do trabalho, invalidando inclusive a identidade dos trabalhadores assalariados. Uma vez que as esferas do trabalho e da produção perderam sua centralidade analítica a vida em sociedade estaria se organizando em formas comunitárias diversas marcadas pela interação social.

Habermas constrói a estrutura dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo auto-enraizado na esfera da produção, mas como a colisão entre os ‘subsistemas da ação objetivamente racional’, mediatizados pelo dinheiro e pelo poder, e um ‘espaço vital (*lebenswelt*) autodeterminado (*eigensinni*)’ pelo outro lado (OFFE, 1984, p. 34 apud FRIGOTTO, 2003, p. 99).

Esta conjuntura leva o autor a buscar uma explicação externa ao trabalho, mais precisamente negando as contradições inerentes ao trabalho, as categorias analíticas derivadas da Teoria da Ação Comunicativa seriam: o “espaço vital”, o “modo de vida” e o “cotidiano”. Apesar disto, sugere a luta pelo “salário-trabalho” e pelo trabalho cooperativo como formas alternativas de organização social.

O advento da “Segunda Revolução Industrial” e o incremento do uso de autômatos estariam agindo positivamente sobre a sociedade, ao eliminar a necessidade do trabalho abstrato e ao dilatar as “capacidades intelectuais do homem”, possibilitando o aparecimento do *homo ludens*.

É pois um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá paulatinamente e com ele o homem trabalhador, e, portanto, a classe trabalhadora. (...) Como dissemos, pode ser que ocorram mudanças de caráter socialista. Estas poriam fim à propriedade privada dos meios de produção e dos serviços em larga escala e, conseqüentemente, também à classe capitalista, o que corresponderia a uma modificação radical da estrutural social (SCHAFF, 1990, p.43 apud FRIGOTTO, 2003, p. 103).

Ao mesmo tempo em que as novas tecnologias ampliam o desemprego estrutural, desaparece o *homo laborans* - e com ele a classe trabalhadora - causando o problema de “poluição’ do tempo livre”. A saída para este problema seria o estímulo à consciência social e o controle democrático da “economia coletivista”, na qual o planejamento

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

concorrerá para o desenvolvimento de atividades que dêem sentido a vida, a partir do fato de que o mundo da necessidade está em vias de nos levar ao mundo da liberdade.

Para Kurz, o conjunto de relações sociais oriundos das sociedades produtoras de mercadoria (capitalistas e socialistas de “caserna”) entraram em colapso com o avanço das forças produtivas. Para esse autor, a “*concorrência trabalha sem saber e sem querer*” para solucionar as contradições fundamentais do capital direcionando-se

[...] inevitavelmente, mediante o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas, o pondo de uma ‘abolição do trabalho’, isto é, do trabalho de produção abstrato, repetitivo, somente destinado a criar valores; com isso, no entanto, suprime também sua razão de ser, fazendo obsoleta a si mesma (KURZ, 1992, p. 80-1 apud FRIGOTTO, 2003, p. 106).

Daí, a emergência da possibilidade de uma razão sensível dentro do quadro de uma nova sociedade construída por um “consciente movimento social” uma vez que “*a contradição maximizada entre o avanço das forças produtivas e o engessamento das relações sociais, implodiria tanto a burguesia quanto o proletariado*” (FRIGOTTO, 2003, p. 129). Esta abordagem relaciona mecanicamente as virtualidades da nova base técnico-científica com a superação das relações sociais do capital.

## Considerações finais

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas (Eric Hobsbawn).

Com as guerras e o desenvolvimento de pesquisas durante o século XX acelerou-se o avanço científico-técnico e a nova base técnica “molecular-digital”: pela utilização da

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

energia nuclear, da microeletrônica, da “invenção” de novos materiais, de máquinas flexíveis e “inteligentes”, da informática, etc, que foram dando um poder extraordinário ao capital o de, a partir de uma centralização de dados e de uma “produção enxuta” (células de produção) e em escopo, irem deslocando as plantas produtivas ao redor do globo terrestre da maneira que melhor lhe retribua em lucros e com o menor quadro de funcionários fixos (estáveis) possíveis. Outro dado importante é que esse processo tem sido articulado a um aumento da captura da subjetividade dos trabalhadores (e não apenas de sua força física como ocorria no fordismo), desde a aplicação dos métodos ohnistas na Toyota (Japão).

As novas relações de trabalho, cada vez mais afetadas pela hipertrofia do capital morto (máquinas “inteligentes” que realizam as tarefas repetitivas antes destinadas às pessoas) é uma das dimensões da crise que abalou o compromisso fordista-keynesiano de assalariamento da população. Bem como, do uso que vêm tendo as novas tecnologias controladas mais que pelo uso da informática, pela descoberta de novos materiais e a invenção de outros pelos interesses de acumulação capitalistas.

o azar de acontecimentos que o acompanha<sup>18</sup> fragilizam os trabalhadores e sua classe na perspectiva de superação do sistema produtor de mercadorias. O tempo de não-trabalho que seria possível sobre outra utilização da base técnica se transformou no tempo de transtorno em busca de um emprego ou ao menos de uma ocupação.

Ora, o aumento do trabalho morto (trabalho humano coisificado, transformado em máquinas)<sup>19</sup> não corresponde a uma liberação do homem para outras áreas de sua existência pois a tecnologia é utilizada para obtenção e maximização do lucro pela classe capitalista

---

<sup>18</sup> O fato de o capital se reproduzir utilizando cada vez menos trabalho vivo na indústria e na agricultura, elevando a sua utilização no precário setor de serviços.

<sup>19</sup> “Essa inversão da relação entre trabalho já objetificado nos meios de produção, ou trabalho morto, e força de trabalho em movimento, ou trabalho vivo, é característica do modo capitalista de produção e reflete-se na IDEOLOGIA burguesa como uma confusão entre o valor dos meios de produção, por um lado, e a propriedade que estes possuem de, como capital, se valorizarem, por outro lado. Os meios de produção são vistos, então, como produtivos, quando, na verdade, apenas trabalho é capaz de produzir coisas” (BOTTOMORE, 2001, p.300).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

através da extração de mais-valia. Na prática os trabalhadores têm que conviver cada vez mais com o subemprego e o desemprego e com a desvalorização de sua força de trabalho.

A automação do processo produtivo não consiste numa elevação geral dos níveis de qualificação e das habilidades cognitivas e na autonomia dos trabalhadores. Pelo contrário, assistimos ao enorme crescimento do trabalho semiqualficado de escritório e de outros empregos do setor de serviços (há um refinamento do controle sobre o trabalho pelas técnicas informacionais). Combinando-se às extrações de mais-valia relativa e absoluta, tendo como conseqüência desses processos o aumento, de maneira violenta, do desemprego estrutural e todo azar de dificuldades que o acompanha.

Longe de representar uma liberação favorável a todos, próxima d euma fantasia paradisíaca, o desaparecimento do trabalho [abstrato] torna-se uma ameaça, e sua rarefação, sua precaridade, um desastre, já que o trabalho continua necessário de maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar, e para os quais o trabalho seria a única salvação. (FORRESTER, 1996, p. 112 apud ALVES, 2000, p.21)

Contudo, para justificar a perda da centralidade do trabalho analistas, governantes e empresários costumam recorrer a uma argumentação “em cascata”:

entre o contingente de aptos ao trabalho, em cada país de industrialização avançada, são minoria os que trabalham (aposentados, estudantes, donas-de-casa, entre outros grupos, somam a maioria); entre estes, muitos têm empregos irregulares, ou vivem de pequenos negócios e trabalho por conta própria, além dos desempregados por muito tempo; e entre os que trabalham regularmente, seria cada vez menor a jornada de trabalho necessária à manutenção do ritmo de produção, cirando uma expectativa de férias, lazer e vida familiar que consome a maior parte do tempo e das preocupações dos trabalhadores. (MATTOS, 2007, p. 51)

É dentro deste contexto que Claus Offe sugere que a centralidade do trabalho perdeu seu lugar para o modo de vida; que Adam Schaff restringia sua perspectiva ao determinismo tecnológico e vislumbra o fim do trabalho abstrato; e que Robert Kurz afirma a crise do trabalho abstrato.

A grande ironia da tendência real do desenvolvimento – inerente a lógica do capital desde a constituição inicial desse sistema séculos atrás, e que atinge sua maturidade

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

em nosso próprio tempo de uma forma inextricavelmente associada à sua crise estrutural – é que o avanço produtivo desse modo antagônico de controle do metabolismo social lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria do trabalho supérfluo (MÉSZÁROS, 2007, p. 145).

Ao longo deste trabalho, vimos que mediante a separação entre trabalhadores e instrumentos, materiais e conhecimentos necessários à produção, da expropriação do trabalho em seu sentido ontocriativo e da perda da consciência dos trabalhadores em relação aos produtos da sua própria atividade, a forma histórica assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista remete às noções de emprego, ocupação, posto de trabalho, deixando de lado seu sentido mais amplo, que consiste na criação do homem e da realidade humana (MÉSZÁROS, 2005). Fazendo nos lembrar do que disse Frigotto:

Na sua dimensão mais crucial, ele [o trabalho] aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos enquanto seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, ambas, que, por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço (FRIGOTTO, 2005, p. 59).

## Referências bibliográficas:

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade mundo do trabalho. SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. SP: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. Os novos proletários do mundo na virada do século. In *Marxismo vivo*, SP, 2000.

BORON, Atilio. Estado, capitalismo y democracia en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2004.

BOTTOMORE, Tom (coord). Dicionário do Pensamento Marxista. RJ: Jorge Zahar, 2001.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

BRIGHTON, Labour Process Group. O processo de Trabalho Capitalista. IN: Da Silva, T. T. (org) Trabalho, educação e Prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991 (p.15-43)

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre as relações sociais capitalistas. In LIMA, J.C.F. & NEVES, M.L.W. (org) Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. RJ: Fiocruz, 2006. (pp. 25-66)

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. SP: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Mundialização: o capital financeiro no comando. In: Outubro, nº 5, 2001, São Paulo.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e educação. In: Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. (pp.57-82)

\_\_\_\_\_. Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. Boletim do Senac - Volume 25 - Número 2 - Mar/Ago, 1999. Disponível em <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/252/boltec252c.htm>>. Acesso em 19 nov 2007.

\_\_\_\_\_. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d. (pp.375-413)

HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HOBBSBAWN, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. SP: Companhia das Letras, 1995.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de ciências humanas. São Paulo: nº 4, 1978.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. In: Revista em Pauta, nº 20, 2007. (pp.33-55)

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política: Volume I: Livro primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_ & ENGELS, Friedrich. A história dos homens.

MÈSZÁROS, I. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Desemprego e “precarização flexível”. In: O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, Bruno Miranda; PARANHOS, Michelle; SILVA, Simone. A luta pela formação omnilateral, politécnica e unitária na transição do século XX ao XXI. In: [Anais do] III Seminário Vozes da Educação, 2007a.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica a razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARANHOS, Michelle; NEVES, Bruno Miranda; SILVA, Simone. A subordinação real do trabalhador ao capital: a fragmentação do conhecimento e a ruptura da relação trabalho-educação. In: [Anais do] III Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2007.

\_\_\_\_\_. A luta pela formação omnilateral, politécnica e unitária na transição do século XX ao XXI. In: [Anais do] III Seminário Vozes da Educação, 2007a.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2006.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

SILVA, S; NEVES, Bruno Miranda. O Pensamento de Gramsci e a construção contrahegemônica da relação trabalho e educação. [Anais do] Simpósio IV Simpósio Trabalho e Educação: Gramsci, Política e Educação, 2007.